

ESPAÇO E TEMPO DA VIDA COTIDIANA NOS “ENCLAVES RESIDENCIAIS FORTIFICADOS” EM LIMEIRA-SP

Luciana Antunes Barbosa¹

Resumo: O presente texto propõe-se a analisar a gênese e consolidação dos enclaves residenciais fortificados, os condomínios residenciais fechados, no município de Limeira, no interior paulista. Considerando o quadro de crescente complexidade econômica e funcional de Limeira, um centro urbano de porte médio, este estudo visa refletir sobre a vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” brasileiros, considerando os condomínios habitacionais como indutores da ideia de habitação como produto e mercadoria, ao mesmo tempo em que se comportam também como formações sociais, econômicas, políticas, e até mesmo culturais, capazes de influenciar as relações sociais no espaço e no tempo.

Palavras-chave: enclaves residenciais fortificados; espaço; tempo; mercadoria; Limeira.

SPACE AND TIME OF DAILY LIFE IN "RESIDENTIAL FORTIFIED ENCLAVES" IN LIMEIRA-SP

Abstract: The present texts proposes to analyses the genesis and consolidation of fortified residential enclaves, the closed residential condominiums, in Limeira City, Sao Paulo State interior. Considering the chart of crescent Limeira functional and economic complexity, a medium size urban center, this study aims to reflect about daily life in the Brazilian “fortified residential enclaves”, considering the habiting condominiums as the inducers of an habiting as products and merchandise idea, but in the same time, behaving as social, economic, politics and even, cultural formations, able to influence the social relations in space and time.

Keywords: Fortified Residential Enclaves, Space, Time, Product, Limeira

1. Introdução

Com a aceleração do processo de urbanização e a consolidação do “modo vida urbano” no Brasil durante o século XX, o urbano transformou-se no *locus* da vida de todas as classes sociais e consequentemente a habitação assumiu um caráter de artigo de luxo no mercado imobiliário. O aumento progressivo da população urbana gerou uma demanda crescente por habitações, ampliando o tecido das cidades brasileiras. O regime de acumulação capitalista associado ao fenômeno urbano encontrou nas cidades condições propícias para a reprodução de vários modelos habitacionais, através do subsetor de construção civil e do setor imobiliário, os

¹ Professora Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, Câmpus de Rio Claro. É professora de Geografia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. E-mail: dustgeo@ig.com.br.

quais se beneficiaram do modelo industrial, da difusão acelerada das informações e do consumo de massa.

A acumulação de capital nas áreas urbanas está atualmente condicionada ao crescimento econômico e ao poder de compra dos cidadãos. Assim, um dos resultados do trabalho é o ato de consumir, e o mercado gera produtos para os espaços urbanos que consistem, segundo Barata Salgueiro (1994, p.79) em “novos produtos imobiliários”. Estes “novos produtos imobiliários” nos quais os condomínios habitacionais ou “enclaves residenciais” estão inseridos compõem formas inovadoras dentro das cidades e permitem uma reprodução especulativa do solo no capitalismo.

Os “enclaves residenciais fortificados”, em suas várias modalidades (apartamentos, casas e sobrados), são uma alternativa para os cidadãos que buscam uma vida organizada em espaços normatizados e privatizados, onde o tempo da vida cotidiana está centrado em valores como o *status* social, contato com a natureza, e uma relação de monotonia com o tempo; como na época em que a massa da população brasileira vivia no campo.

Ao optar por viver em um “enclave residencial” os cidadãos deixam para trás o direito amplo ao espaço público da rua, passando a conceber estes espaços como locais apenas de circulação, violentos e repletos de problemas. Esta concepção ligada aos interesses dos grupos, e a percepção que estes grupos possuem do espaço está associada também ao modo como a sociedade atual se relaciona com o tempo.

A evolução nos modelos habitacionais e na produção do espaço urbano ocorre no tempo, e também é no tempo que as relações sociais se processam; tal qual se dá a percepção dos cidadãos em relação aos espaços de moradia nas cidades. A habitação assume em cada período do regime de acumulação um nível de importância, configurando os setores responsáveis pela sua produção no espaço das cidades. A reprodução especulativa da cidade materializa-se na mercadoria-habitação, produzida segundo a lógica criativa da propaganda e do *marketing*, por intermédio exclusivo dos agentes do mercado imobiliário. As hipóteses vinculadas à gênese destes enclaves nos países são muitas. Para Nunes (2001, p.31), pode estar vinculada [...] “à medina muçulmana, à cidade medieval e algumas cidades coloniais.”

A gênese dos condomínios habitacionais decorre de uma evolução espaço temporal, que é social. Os condomínios constituem também uma evolução nas formas de habitação em escala global, principalmente das transformações na habitação destinada às classes burguesas.

Na esfera espacial, e territorial os condomínios tiveram sua origem vinculada à preocupação dos arquitetos e engenheiros que ao buscarem avanços no planejamento urbano, inovaram em seus

projetos muitas vezes ideológicos, contribuindo para a configuração de paisagens urbanas destinadas às classes dominantes.

O mercado imobiliário se incumbiu de transformar a habitação em objeto de consumo, aproveitando os vários fragmentos dos modelos burgueses de habitação. Na esfera econômica, os modelos habitacionais urbanos foram adquirindo especificidades territoriais e transformaram-se em produtos do mercado imobiliário. Dentre estes fragmentos, o condomínio - como domínio coletivo ou individual - foi aprimorado como objeto do capitalismo, em determinados países, valorizando a existência do modelo condominial não somente como produto e mercadoria, mas como um serviço útil à reprodução das elites e da cidade através da valorização da propriedade privada.

Na esfera cultural, as transformações na sociedade de consumo fizeram com que parcelas de população de altíssima, alta e média renda aceitassem o modelo. As consequências deste modelo de produção e consumo da habitação são muitas, oscilando do individualismo à segregação socioespacial nas cidades dos países em desenvolvimento.

Desta forma, a gênese do condomínio é a propriedade privada e para compreendê-lo como modelo é necessário resgatar a origem do domínio de um grupo sobre outros, das necessidades e do consumo, que permitem a manutenção do sistema capitalista de produção através dos monopólios, nesse caso, do solo.

Os condomínios, como símbolos do domínio individual e coletivo no Brasil, traduzem os anseios das classes de alta renda de fugir dos problemas sociais, econômicos e ambientais que afligem a sociedade como um todo, por esse motivo, eles refletem a busca de seus habitantes por paraísos onde a relação espaço-tempo seja capaz de resgatar valores perdidos na sociedade urbana e de consumo.

Neste artigo, os condomínios foram analisados tendo em vista quatro tópicos: na primeira parte, os condomínios foram analisados como mercadorias do setor imobiliário; no segundo momento levantamos sua gênese: dos arranha-céus aos “enclaves residenciais fortificados”: a valorização da propriedade privada. Na terceira parte realizou-se algumas reflexões sobre as categorias espaço e tempo da vida cotidiana nos “enclaves urbanos” brasileiros; e para concluir expôs-se alguns resultados desta pesquisa.

A presente análise propôs refletir sobre a vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” brasileiros. Os condomínios habitacionais induzem a ideia da habitação como produto e mercadoria, no

entanto os mesmos são também formações sociais, econômicas, políticas e até mesmo culturais, capazes de influenciar as relações sociais no espaço e no tempo.

A paisagem urbana é o resultado cumulativo desses tempos e (do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação a que chamamos paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas no nível regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções. (SANTOS, 1985, p.50).

A produção do espaço urbano compreendida como processo a partir do consumo da habitação é entendido como resultado concreto da evolução da propriedade privada não somente no Brasil, mas no mundo. Os condomínios habitacionais são produtos de mercado, apropriados pelo setor imobiliário e seu subsetor de construção, que o transformaram num dos signos mais relevantes das cidades atuais. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: a) Refletir sobre o espaço e o tempo da vida cotidiana dos condomínios habitacionais brasileiros; b) A partir das leituras realizadas procurou-se apontar os aspectos que caracterizam a vida em condomínio como: mudança contemporânea na percepção do espaço e do tempo por seus habitantes, e pelos cidadãos em geral.

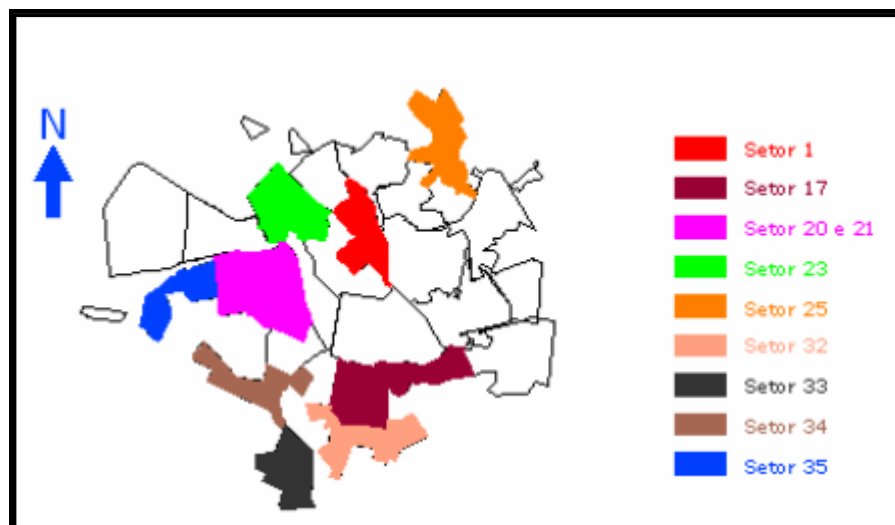
Durante a pesquisa os condomínios foram analisados como formações sociais em momentos distintos, sendo possível entendê-los como fenômenos geográficos através de procedimentos como: a descrição e a observação, além da compreensão dos condomínios como parte da totalidade urbana. (MARTINS, 1996). “Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade”. (LEFÈBVRE, 1991, p. 83)

É no cotidiano dos cidadãos que o setor imobiliário busca inovações capazes de suprir necessidades decorrentes da vida urbana, que acontecem no ritmo veloz do tempo vigente no mundo contemporâneo. Dessa forma, o condomínio aparece como um dos signos do modo de vida urbano atual, ora isolado, ora inserido na paisagem urbana, o que demonstra que o espaço urbano é ao mesmo tempo, articulado e fragmentado. Este processo de enclausuramento dos cidadãos é o retrato da sociedade contemporânea, do seu sistema econômico e das relações sociais e de produção que precisam ser repensadas, para que não se estabeleçam como cultura.

Durante a pesquisa, alguns condomínios foram escolhidos para aplicação de questionários: o Jardim Florença, o condomínio *Ravenna* e o residencial Porto Fino em Limeira-SP. A planta 1: mostra os setores urbanos na cidade de Limeira-SP onde estão implantados os

condomínios habitacionais locais. Na cidade analisada, os condomínios habitacionais estão concentrados em 9 dos 39 dos setores urbanos.

Mapa 1 - Planta de localização dos setores onde estão implantados os “Enclaves Residenciais Fortificados” (condomínios) centrais (setor 1) e periféricos (demais setores) sem escala



Fonte: Seplan-Prefeitura municipal de Limeira (1998)

Org.: Barbosa, 2007.

O setor imobiliário é fundamental como setor econômico e também como difusor de “novos produtos” no segmento habitacional. Esta dimensão setorial da produção do espaço urbano envolve a natureza (solo), empresas, agentes, trabalho e trabalhadores além da troca (compra e venda de bens imóveis) e a concorrência entre empresas. Assim, o setor imobiliário vai produzindo novos objetos nas cidades médias², e produzindo a própria cidade em sua totalidade.

“De forma geral, o setor imobiliário é mais amplo que o setor de construção, abrangendo-o”. (BOTELHO, 2007, p.46). O setor imobiliário é amplo e de difícil coordenação dada à complexidade das suas relações de trabalho, ambiental, industrial e constitucional.

O setor imobiliário brasileiro possui uma história pouco difundida e conhecida, por isso, não é visto pelas classes menos favorecidas como setor da economia, mas como uma atividade econômica isolada. Como setor o mercado imobiliário privilegia aqueles amplamente amparados

² No Brasil o critério de definição de cidade média vem sendo ainda quantitativo e qualitativo. Cidades com populações distintas e localizadas em áreas distintas podem ser consideradas cidades médias. Esta condição transitória do número populacional depende da região, da rede urbana e do país como um todo, uma vez que, o aumento populacional é altamente complexo no processo de reestruturação urbana.

pelo poder do capital e pelo avanço tecnológico. O setor imobiliário é um setor que atua na esfera pública e privada da produção e consumo da habitação. Muitos condomínios ainda são implantados com amplo apoio dos financiamentos governamentais, sem que seus desdobramentos sejam pensados na organização do espaço das cidades.

A cidade de Limeira-SP está situada na região administrativa de Campinas-SP, é uma cidade de porte médio, localizada na depressão periférica paulista entre o planalto atlântico e o ocidental paulista. Em relação à capital do estado, a cidade localiza-se a aproximadamente 150 quilômetros de distância.

Atualmente a cidade de Limeira-SP conta com uma população de 276.010 habitantes. (IBGE, 2010). A cidade sofreu transformações consideráveis em sua História; teve uma forte tradição agrária que resultou no período industrial atual e destaca-se também um crescimento intenso no setor de serviços e do mercado informal de trabalho. A população local predominantemente urbana está inserida num intenso processo de consumo que têm contribuído para transformar a sociedade e o ambiente local. Esta lógica de consumo também permeia setores como a construção civil e o mercado de produtos imobiliários adaptado à lógica internacional. O setor imobiliário local é bastante moderno produzindo diferentes formas, inclusive os arranha-céus habitacionais fundamentais no entendimento da gênese do condomínio.

2. Dos arranha-céus aos “enclaves residenciais fortificados”: a valorização da propriedade privada

Nos arranha-céus o direito a propriedade é horizontal, ou seja, cada apartamento é um bem individual, e este é o princípio do que no mundo moderno denominou-se condomínio; desta forma o condomínio tem sua raiz na propriedade privada. Segundo Pereira (1977), a regulamentação da propriedade horizontal desde o início apresentou-se como conflituosa, pois o solo e os pavimentos são bens distintos e podem ter posses distintas; este tipo de habitação, atualmente signo e significante das sociedades urbanas em todo o mundo, é muito antigo remontando ao império romano. Diferente do ponto de vista geográfico, que considera os arranha-céus como verticais no Direito eles são horizontais, critério que preferimos adotar neste capítulo.

Apesar da complexidade do processo de verticalização da paisagem no centro das cidades, o fenômeno adquiriu em meados do século XX, proporções mundiais, sendo que em

cada país foi adquirindo especificidades próprias. Para Souza (1994), a especificidade do modelo brasileiro foi a sua função notadamente habitacional. O processo de industrialização associado à urbanização resultou na dispersão dos condomínios por planos horizontais (apartamentos) pelo mundo. A difusão dos condomínios de apartamentos para o setor habitacional e de negócios teve um papel fundamental na vida cotidiana da burguesia e para o desenvolvimento econômico nas cidades brasileiras e da América Latina.

Os arranha-céus com a função de centro de negócios ou condomínios habitacionais tornaram-se produtos nos Estados Unidos, graças ao uso de técnicas modernas de construção, e rapidamente se difundiram para outros continentes como tendência de mercado. “A história do arranha céu é a história da estreita relação entre inovações tecnológicas, estruturais e organizacionais.” (NASCIMENTO, 2000, p.108)

O arranha-céu como um produto de mercado, com funções diversificadas, associado à difusão do “modo de vida urbano” em alguns países tornou-se um dos símbolos da mundialização do capital e do consumo, capaz de extrapolar as fronteiras dos países, independente do seu grau de desenvolvimento econômico. Escritórios e habitações em condomínios tiveram um papel fundamental na inserção dos seus habitantes e trabalhadores em uma sociedade de consumo que foi capaz de integrá-los ao mundo e desintegrá-los da sociedade.

O continente Europeu foi o berço do surgimento dos arranha-céus, mas segundo Nascimento (2000), estes arranha-céus se tornaram praticamente em todo o mundo, a forma e símbolo mais valorizada da modernidade nas cidades capitalistas. A praticidade dos arranha-céus como centro de negócios ou mesmo de habitações, permitiu que a partir de 1930 os Estados Unidos assumissem o *status* de novo centro difusor do modelo, propagando sua idéia para o setor habitacional.

[...] Retrilhando um conhecido caminho de transferência cultural e alargamento dos mercados, uma idéia claramente norte americana de habitação coletiva verticalizada, é despachada para a Europa e para o resto do mundo, embalada nos papéis da modernidade mecanizada, não dissociada de uma concepção de cidade que se organiza utilizando-se dos arranha-céus e da sobreposição de diferentes fluxos de circulação pública. (TRAMONTANO, 1998, p. 89)

Rapidamente os arranha-céus passaram a ser edificados em vários países, como símbolo do desenvolvimento econômico e da modernidade. No Brasil, a chegada dos arranha-céus deu-se de modo paralelo ao processo de industrialização, de modo que no após a Primeira Guerra

Mundial chegaram os primeiros edifícios ainda discretos e destinados às corporações. A dispersão do modelo consolidou-se rapidamente e o Brasil recebeu os primeiros arranha-céus, que mais tarde deixariam de ser empreendimentos corporativos para receber uma nova função: a habitação em condomínio. As condições para a chegada destes condomínios no Brasil já haviam sido criadas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente devido à crise no setor agrário-cafeeiro e à inserção da lógica industrial e urbana. (TRAMONTANO, 1998).

Uma espécie de crença comum atravessa períodos da história e grupos sociais: investir em imóveis neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó. Assim, todas as definições da legislação urbanística que interferem diretamente no potencial de valorização dos terrenos urbanos acabam por ter uma importância que vai além das simples limitações de ordem técnica ou estética, interferindo em uma reserva de valor historicamente estratégica. (ROLNIK, 1997, p. 25)

Essa valorização do solo urbano e dos produtos imobiliários no Brasil, no início do século XX adveio do acesso das elites aos recursos financeiros, influência sobre o Estado e à posse sobre as terras.

As influências culturais externas tiveram uma grande importância na consolidação dessa implantação. O modo como os brasileiros encaram o valor do solo urbano e, portanto, o “direito à cidade”, está associado a fatores diversos como: cultura, sociabilidade, as necessidades básicas, a organização territorial, e a divisão do trabalho. A prevalência dos valores individuais ou coletivos depende em grande parte dos sujeitos, de sua educação, das suas ações e práticas sociais, como também das influências externas sobre a própria cultura.

A noção de identidade e pertencimento dos sujeitos nas sociedades capitalistas está intimamente ligada aos objetos e pertences que estes possuem ou acumulam durante sua vida, sendo este acúmulo também um dos fatores de desigualdade social e espacial. Os condomínios atuais estão ligados a ideia de domínio, que tem grande importância no entendimento da propriedade privada.

Conforme Pereira (1977, p.23 e 24):

[...] a propriedade privada é pautada “nas trilogias indissociáveis presentes na cidade antiga: *propriedade-família-religião* e *propriedade-política-economia*, ou seja, existe um vínculo entre o altar religioso dentro das casas familiares, que separa esta de tudo que lhe for estranho, há uma cerca delimitadora da casa desta família. [Grifo do autor]

Esta concepção de cerca delimitadora, protetora dos bens, interesses e direitos das famílias, construiu uma luta individualista no Brasil, que termina justificando a busca pela posse dos bens materiais como forma de poder e domínio. Esta influência, segundo Pereira (1977), estendeu-se também à Economia, à Política e ao Direito que pode ser individual ou coletivo. Esta situação é agravada mediante a possibilidade da jurisprudência, que em países como o Brasil é um instrumento caro e, sobretudo, de proteção.

A produção do espaço urbano, regulada pelos Estados e pelas instituições, fica profundamente alterada nesta lógica, em benefício próprio ou de outros. Essa influência, que de certo modo é filosófica, valoriza excessivamente o domínio e a propriedade em detrimento do ser humano.

No caso do Brasil, essa busca pela posse apresenta-se como uma das condições necessárias para a libertação do domínio do outro, ou seja, numa sociedade amplamente desigual, o exercício do poder ocorre mediante o poder individual, um incentivo a todas as formas de acumulação de capital, mesmo aquelas de origem ilícita.

A função habitacional dos condomínios confere aos mesmos uma função social, que é contraditória, à medida que um proprietário abre mão dos seus direitos individuais para viver coletivamente, ou vice versa, quando abre mão dos direitos coletivos, para defender o seu direito individual.

O mercado, a partir desta infinidade de necessidades geradas, busca produzir mercadorias, as quais os sujeitos sejam capazes de aspirar, desejar e adquirir. Nos períodos de crise, o mercado busca satisfazer a maioria, ora homogeneizando os padrões, ora tornando estes padrões heterogêneos. Adquirir uma propriedade como a habitação deveria ser um direito nas sociedades em geral, no entanto este direito não é garantido às classes sociais que não podem assumir as despesas resultantes desta produção.

A posse de um bem pode ocorrer tanto em relação a uma casa (domicílio) ou uma propriedade fundiária (monopólio). Em ambos os casos a esfera do espaço privado aparece como elemento comum e de domínio. Lado a lado, com a propriedade privada está o individualismo e o isolamento, que criam no homem uma busca pela satisfação de suas necessidades.

A valorização dos tipos e padrões elitistas de habitação nos espaços urbanos teve como consequência a valorização da própria cidade como mercadoria onde imperam estratégias sofisticadas de *marketing*. A valorização da propriedade privada, e do surgimento contínuo de

mercadorias compôs uma abertura fundamental para que o consumo se realizasse através dos signos e se difundisse pelo mundo em detrimento da condição humana e de suas reais necessidades. Se no passado o tipo de moradia era um símbolo de ostentação da riqueza e do *status*, mais tarde, o tipo de rua, de edifício, de bairro e de corredor urbano, além da própria cidade, vão também ascender como símbolo.

Após o fordismo, com a dispersão das grandes empresas pelo mundo e pela difusão das ideias que tornaram alguns produtos, como o automóvel, indispensáveis, proliferou-se também a visão do lucro e da acumulação de capital, que se enraizou nas principais cidades do mundo resultando na mundialização do consumo. No Fordismo, segundo Cocco et al. (1999, p. 23), a produção através do trabalho cotidiano na fábrica implicava na capacidade de consumo de produtos e mercadorias. O papel de trabalhador e o papel de cidadão convergiam de modo separado, no sistema capitalista, ainda obedecendo rigidamente as esferas pública e privada.

No mundo contemporâneo, a crise nos ambientes de trabalho, o desemprego, a precariedade do trabalho, as exigências do mercado global fizeram com que os sujeitos, por meio das mais diversas ações, buscassem satisfazer suas necessidades consumindo. No ato do consumo das diversas mercadorias disponíveis no mercado, os sujeitos têm a ilusão de se tornarem cidadãos; construindo uma nova relação entre as esferas dos espaços públicos e privados, para a decadência da esfera pública nas cidades.

A difusão do consumo, as dificuldades para garantir um salário capaz de suprir as necessidades básicas e suas conseqüências na organização da rotina cotidiana em todas as classes sociais produziram uma escassez de tempo produtivo, principalmente para o lazer que também se tornou um bem de consumo no capitalismo, influenciando profundamente os cidadãos urbanos e suas decisões.

Segundo Santos (1987) o que ocorre, é que o cidadão dá lugar ao consumidor e vai perdendo sua individualidade, para tornar-se um individualista. Nessa lógica, os condomínios ou enclaves residenciais, tal qual, bairros populares ou favelas são “lugares”, pois os consumidores possuem uma identidade com estes espaços, que perdura por determinado período de tempo, e mediante a possibilidade de comprarem um imóvel melhor.

Os condomínios serão denominados nesta análise pelo termo mais preciso de “Enclaves Residenciais Fortificados” devido às características que estes assumem em sua nova inserção nas cidades brasileiras, principalmente a partir de 1970, quando os condomínios passaram a abranger

habitações que trazem novos atributos aos bairros das cidades, agora “ilhados, refugiados, cercados, cercados, murados e, sobretudo, restritos”. A propriedade privada é um elemento chave de qualquer sociedade, desenvolvida ou não. Nesse contexto, a habitação, enquanto necessidade humana tornou-se também uma mercadoria produzida de modo especulativo graças ao monopólio do solo.

Os “Enclaves Fortificados” são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

Surge assim uma nova forma de conflito entre as classes, desta vez estruturada na lógica do consumo. A habitação, necessidade intrínseca dos sujeitos sociais, entra para a lista de mercadorias disponíveis para o consumo.

A noção de *necessidade* é solidária da de bem estar, na mística da igualdade. [...] perante as necessidades e o princípio de satisfação, todos os homens são iguais, porque todos eles são iguais diante do *valor de uso* dos objectos e dos bens (se bem que sejam desiguais e se encontrem divididos em relação ao valor de troca). Porque a necessidade se cataloga pelo valor de uso, obtém se uma relação *objectiva* ou de finalidade natural, em cuja presença deixa de haver desigualdade social ou histórica. (BAUDRILLIARD, 1991, p. 48) [Grifo do autor]

A condição mínima para a felicidade é então ser igual ao outro, o mercado impõe e o sujeito busca essa igualdade no rol de suas felicidades básicas. E como são muitas as necessidades, os sujeitos terminam por se desviar do caminho do bem e da ética, chegando ao crime para legitimar sua vontade de consumir. A necessidade de morar na cidade é transfigurada pela necessidade de morar bem e com uma suposta qualidade. O mercado global, ao criar os novos “Enclaves Residenciais Fortificados”, gerou um verdadeiro *boom* em alguns locais do planeta, ao despertar no seio da sociedade o desejo da igualdade, através da habitação.

O *boom* imobiliário dos anos 80 em Lisboa privilegiou dois produtos, a habitação de luxo e os escritórios. Em termos de construções, distribui-se por edifícios especializados de escritórios, conjuntos habitacionais de *standing*, fogos nobilitados seja em moradias, seja em prédios de apartamentos, complexos de uso misto reunindo habitação, escritórios, hotel e centro comercial com comércio, restaurantes, diversões e equipamento desportivo”. (BARATA SALGUEIRO, 1994, p. 83)

A necessidade de satisfação dos desejos humanos pode se agravar com as estratégias de *marketing* ou a simples propaganda, capazes de despertar atenção para as informações que podem

induzir a novas práticas de consumo, que por sua vez invadiram o cotidiano dos cidadãos, a partir do século XX. Estas empresas e suas estratégias usam dos sentimentos de liberdade para impor a condição do gasto, muitas vezes desnecessário.

A própria noção de desigualdade social está impregnada da ideia do consumo como direito à posse de bens materiais e imateriais. Habitar, morar, ter um domicílio são condições necessárias à vida; no entanto, morar bem, com *status*, boa vizinhança, segurança e conforto, já adentra a esfera do poder consumir algo mais, disponível no mercado. Esse pensar do sistema econômico é que produz o “valor” a mais, agregado a algumas mercadorias, capazes de seduzir os consumidores e torná-los incapazes de estabelecer prioridades no ato do consumo, que se concretiza como uma prática relacionada aos sonhos, aos desejos e à magia.

Nessa perspectiva o consumo é compreendido, sobretudo pela sua racionalidade econômica. Estudos de diversas correntes consideram o consumo como um momento do ciclo de produção e reprodução social: é o lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho. (CANCLINI, 1995, p.53)

O consumo como reprodutor da força de trabalho e difusor do capital nos diferentes locais, é também, de certo modo, produtor de novas ideias que se materializam nas formas, dando funções aos espaços urbanos. A resistência das sociedades urbanas ao consumo exacerbado fica cada vez mais distante, inclusive no tocante às cidades que competem entre si, muitas vezes, estando localizadas na mesma rede hierárquica, no mesmo território e regidas por um único Estado, sobre a influência de instituições interligadas.

Para Baudrillard (1991, p.25), “a vida cotidiana é o lugar do consumo, assim é possível afirmar que sem o indivíduo, a casa, a habitação, e a sociedade não existirá o consumo, que por sua vez regula e organiza este cotidiano em prol da felicidade irreal”. Esse processo nos faz pensar os “enclaves urbanos” como domínio, propriedade privada, são micro-instituições que regulam os comportamentos intramuros, procurando, sobretudo, estar alheios aos fantasmas que se desenvolveram e estão do lado de fora dos muros.

O fantasma a que nos referimos pode ser descrito como o desemprego, a pobreza, a sujeira (lixo), a violência, a criminalidade, o abandono de animais, enfim, são os persistentes problemas socioambientais que assolam os países do mundo contemporâneo, gerando a insegurança e, conseqüentemente, a ausência de qualidade de vida. Nessa busca desenfreada pela sobrevivência, que no mundo contemporâneo está ligada ao consumo diário e à satisfação incessante das necessidades, o resultado é a desigualdade social e espacial. Nesse contexto a casa,

como lugar cotidiano de habitar, morar e, de modo amplo, lugar de viver, deixa de ser uma necessidade para tornar-se uma mercadoria.

A segregação no habitat não é nova, mas porque ligada a uma penúria sábia e a uma especulação crônica, tende a tornar-se decisiva, tanto pela segregação geográfica (centro das cidades e periferia, zonas residenciais, guetos de luxo e cidades dormitórios, etc) como no espaço habitável (interior, exterior do alojamento), no desdobramento em residência secundária, etc. Os objectos têm hoje menos importância que o espaço e que a marcação social dos espaços. O habitat constitui assim possivelmente uma inversa da dos outros objectos de consumo. Função homogeneizante para uns, função discriminadora para outros, no que respeita ao espaço e à localização. (BAUDRILLIARD, 1991, p. 56)

A crença na potencialidade especial da habitação, como objeto de desejo e depois de consumo, desencadeou nos agentes e promotores do mercado imobiliário uma preocupação especial com a localização, a forma, funcionalidade, adaptação, objetos e acessórios, áreas verdes, tudo isto com o único objetivo de consolidá-la no mercado imobiliário, hoje mais que consolidado no mundo.

Para Souza (2002), os condomínios são “espaços exclusivos”, regidos por leis exclusivas, sobre controle de uma determinada parcela da população (a burguesia) em um dado lugar do mundo.

Os “Enclaves Residenciais Fortificados” extrapolam a noção de objeto, signo, da sociedade contemporânea, e constituem a materialidade da ideologia do consumo. Portanto, a tríade: necessidade, consumo e satisfação são indissociáveis, e fazem da busca pela igualdade uma rota para a desigualdade social e espacial, uma vez que a igualdade pode ser tida como uma utopia.

3. Espaço e tempo da vida cotidiana nos “enclaves urbanos” brasileiros

Faz-se oportuno abordar os problemas e as possibilidades dos espaços urbanos após a implantação das diferentes modalidades de condomínios. Os “enclaves urbanos” permitiram resgatar muitos dos antigos conceitos, até então sólidos na Geografia Urbana, acerca dos espaços urbanos no Brasil. Os mesmos contribuíram para um regresso às discussões em torno da cidadania e sua importância na esfera das relações sociais cotidianas. A terra urbana como mercadoria e a habitação como bem de consumo produzem novas formas - os enclaves - que no

período atual têm assumido várias funções. Como objeto de estudo os enclaves podem ser teorizados na Geografia humana para uma melhor compreensão do espaço urbano.

Os enclaves estão inseridos num contexto de amplas desigualdades sociais e espaciais, históricas no Brasil. O condomínio como modalidade habitacional conquistou os espaços urbanos do mundo assumindo para variadas funções. A dispersão dos “Enclaves Residenciais Fortificados” das metrópoles brasileiras, para as cidades de porte médio foi significativa nas últimas décadas. Esta dispersão trouxe consigo um setor imobiliário sofisticado e seus ideais centrados no mercado. “Nessa sociedade, que denominamos de produtivista, tudo vira quantidade: o tempo, os bens, os prazeres e os valores da vida. É quando o valor de troca sobressai.” (ORTIGOZA, 2000, p. 154)

A habitação enclausurada, um dos sinônimos da riqueza material e do “prazer de morar”, tem exercido uma forte influência na produção dos espaços urbanos, afetando inclusive as habitações (individualizadas) na cidade como um todo. Estas habitações estão repletas de aparatos de segurança, como: cercas elétricas, câmeras de filmagem, dispositivos de alarme, interfones, seguro contra roubos e furtos, entre outros recursos. Estes aparatos de segurança são “símbolos” de uma crise na sociabilidade urbana.

As transformações produtivas contribuíram não somente para acentuar o processo de urbanização, como para uma revolução nos modos de produzir e consumir, impondo novos ritmos na vida cotidiana, principalmente nas relações sociais. “A vida cotidiana é superprogramada, superorganizada, supercomprimida pelas pressões do instante e os imperativos da rapidez.” (CHESNEAUX, 1996, p.35). O “modo de vida urbano” e o consumo invadiram todos os lugares, contraditoriamente as sociedades passaram a depender da produção mundial, cuja velocidade tem-se tornado inatingível na esfera da vida cotidiana, por sua vez, mais individualizada.

No passado a habitação era um meio de distinção social em relação ao seu entorno. Esta relação de distinção deixou a esfera da habitação (casa) para buscar um *status* coletivo pautado na vizinhança, (os bairros exclusivos do passado); contudo esta distinção passou a abranger uma identidade para grupos homogêneos em setores específicos das cidades (os enclaves). Para a burguesia, a habitação como signo dos sucessivos estágios da produção de mercadorias na vida cotidiana é um dos símbolos máximos do mundo contemporâneo. O solo como mercadoria

fundamental à produção da habitação nas cidades tornou-se produto, cujo monopólio no Brasil pertence a poucos.

O resultado disso é a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais. Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões como nações, como resíduos de alguma ordem antiga. E essas divisões não desaparecem automaticamente, sendo ativamente produzidas por meio dos poderes diferenciados da acumulação do capital e das estruturas de mercado. (HARVEY, 2000, p. 60-61)

A habitação nos enclaves reflete a articulação e fragmentação do espaço urbano, a influência do sistema econômico na sociedade, e dos padrões de gestão dos Estados nos lugares. A produção do espaço urbano está sujeita à ação do mercado mundial e sua inserção neoliberal nos lugares. Deste modo, as habitações nos enclaves, produzidas por empresas e regulamentadas pela ação do Estado, impõem às cidades um futuro incerto, excludente para a maioria dos residentes urbanos. Em muitos casos a produção dos enclaves urbanos, tal qual das habitações em bairros populares autoconstruídos também ocorre às margens da legislação e distante do controle dos agentes públicos. Estes agentes, porém abandonam estas áreas regulamentando-as mais tarde sem investimento.

Deste modo, o solo, a casa, a natureza, e valores como a vida comunitária ou individual, passam a ser aproveitados pelo mercado econômico, especificamente pelo mercado imobiliário global, associado ao setor da construção civil, cuja evolução desde os anos de 1950 vem introduzindo “novos produtos imobiliários” nas cidades que se beneficiam da dispersão da burguesia pelas regiões metropolitanas e cidades de porte médio no Brasil, devido inclusive à participação dos representantes políticos na formatação e aceitação do modelo.

Ao reproduzir as tendências mundiais no consumo da habitação nas regiões metropolitanas, o sistema capitalista permite uma reprodução perfeita do modelo também nas cidades médias brasileiras. Estes signos reproduzem a relação condominial típica dos arranha-céus em condomínio. Numa ótica mais recente sua importância torna-se legítima como forma de morar, mesmo que sua legitimidade possa ser questionada judicialmente como ocorre com os “loteamentos em condomínio” nas cidades brasileiras.

O consumo da habitação como mercadoria caracteriza a própria ideia de consumo do espaço através das várias modalidades de enclaves que resultam em uma forma intensa de crescimento para as cidades (vertical e horizontal). A produção e o consumo da habitação

materializados nos enclaves em suas diversas modalidades se apresentam como desafio à compreensão da produção e reprodução do espaço urbano no tempo e no espaço.

Os “Enclaves Residenciais Fortificados” não possuem a capacidade de excluir seus moradores da cidade, pelo contrário, ao mesmo tempo, que os insere, exclui as demais parcelas (menos favorecidas), produzindo assim uma segregação visível entre as classes que, segundo Harvey (2000), poder-se-ia denominar de “lealdades territorialmente delimitadas”.

As transformações nos padrões de habitação implicaram na mudança substancial das relações sociais, revolucionando o modo de produção do espaço e do tempo. Como o tempo pressupõe mudança no espaço, as sociedades podem ser influenciadas pela crença de que no passado a vida era melhor, projetando assim sua esperança no futuro e consequentemente acreditar no condomínio como tipologia habitacional capaz de devolver à vida cotidiana o contato com a natureza, vivenciado pelos seus ancestrais.

A produção do espaço urbano através dos enclaves está alicerçada no discurso da construção de um estilo de vida que na realidade impede o ser humano de ver, sentir e perceber o outro, tais quais, suas “dores” expressas na desigualdade social e espacial. Os enclaves pressupõem a criação de formas artificiais e configuram espaços ilusórios que também se apresentam como problemática no crescimento das cidades. Este crescimento diversificado que compreende tanto os bairros populares como os enclaves, realizam-se mediante uma reestruturação urbana contínua. Esta tendência não é exclusiva do Brasil, há muito que os enclaves extrapolaram as fronteiras continentais.

Autores como Harvey (2000) e Caldeira (2000) apontam para a necessidade de compreensão do corpo no processo de construção das relações de produção e nas relações sociais. O corpo está ligado às tendências recentes de produção das habitações nos enclaves, sobretudo quando se admite discutir questões como “privacidade, segurança, vigilância, coerção, além, é claro, da segregação”. Estas reflexões acerca dos níveis atingidos pelo consumo no espaço são importantes para o estabelecimento de parâmetros sobre a sociedade que está sendo construída no Brasil e no mundo.

A evolução nas técnicas e na ciência, de modo a facilitar a criação de novos recursos, permite também a proliferação das habitações enclausuradas nos enclaves. Conforme Harvey (2000), estes enclaves “são as ilhas de opulência, decadentes e disseminadas que fragmentam os

espaços urbanos trazendo uma perda significativa da sociabilidade e buscando defender-se da cidade como um todo”.

Os enclaves proliferaram-se nas cidades de porte médio brasileiras, favorecidos pela atuação dos agentes produtores do solo associados ao Estado como agente regulador, e os próprios compradores e consumidores de habitações nestas áreas. Os enclaves são um “produto social e histórico”, mesmo que produzidos por uma racionalidade que organiza e normatiza as relações sociais cotidianas. Trata-se da ideologia do consumo da habitação no espaço urbano; nesta ideologia reside uma contradição: quanto mais segregados estes espaços, mais evidentes as desigualdades.

A proliferação dos enclaves somente será vista de modo negativo quando afetar diretamente a gestão pública, como já tem ocorrido em outros países; as possibilidades de uma derrubada dos muros poderão fazer-se presente na periferia, que conforme Nunes (2001) é o “espaço privilegiado para a implantação de indústrias e outras atividades repulsivas para as áreas centrais”. É fato que, no Brasil, a derrubada dos muros ainda está distante, devido à omissão dos poderes responsáveis em avaliar suas consequências, no entanto, como possibilidade esta derrubada não pode ser negligenciada. De fato, nem a derrubada total dos muros e nem a derrubada parcial colocariam fim ao processo de segregação típico do período atual. Assim, a sustentabilidade deveria ser objetivada nas cidades brasileiras, com outras formas de morar, menos excludentes, impactantes e fragmentadoras.

Ao consumir mercadorias, dentre as quais, a habitação pode ser incluída, a sociedade se transforma, como o próprio sistema capitalista. Assim, o que marca o enclave na cidade e no urbano é sua falta de inserção social e espacial, tal qual sua sujeição a fantasia e rejeição à realidade.

As noções de espaço e tempo apresentam-se de modo diferente para os habitantes urbanos, intramuros e extramuros. Os enclaves como condomínios refletem uma homogeneidade econômica (intramuros) capaz de revelar os padrões de consumo de seus habitantes. A inserção dos habitantes dos enclaves à cidade dá-se mediante o *status*, poder de consumo e influência.

A articulação das cidades ao mundo, através desta reprodução das tendências de produção e consumo da habitação ocorre de modo paralelo à fragmentação das relações sociais no cotidiano. Se o mundo está cada vez mais articulado na esfera dos avanços tecnológicos, do

surgimento diário de novas mercadorias, das telecomunicações e da *internet*, também está cada vez mais fragmentado no contexto das relações sociais como parte da totalidade urbana.

Para Frúgoli (1995), os contornos desta etapa de produção do espaço urbano ainda são incertos; temos cidades modernas, heterogêneas e com “bolsões” de riqueza em meio à áreas com sérios problemas sociais. Os “Enclaves Residenciais Fortificados” representam uma fuga das elites do contexto social e público de seus países, preconizando a hegemonia de um grupo sobre outros; e a valorização de um “paraíso”, que só funciona estruturado na dimensão do cotidiano privado.

Como formas globais, estes enclaves estão articulados à urbanização e ao desenvolvimento econômico; como formas locais, fragmentam os lugares e transformam a cidade, alterando-a, na esfera pública e democrática comprometendo o exercício da cidadania. A articulação e fragmentação como variáveis do mesmo fenômeno estão pautadas no pressuposto antigo de exclusividade habitacional nos espaços metropolitanos.

Os enclaves residenciais trazem para os seus moradores, no final de um dia de trabalho, a possibilidade de romper com o tempo rápido do cotidiano através do isolamento e do contato com a natureza. Contudo, essa possibilidade gera uma fragmentação das relações sociais, limitando a diversidade nos espaços urbanos em sua totalidade.

Enquanto estes espaços habitacionais enclausurados articulam os interesses dos seus moradores, concentrados em alguns setores específicos da cidade, exercendo seu domínio sobre a gestão da cidade, os mesmos fragmentam o que a cidade e o urbano têm como essência da vida cotidiana - a diversidade social, política, cultural e ambiental. Essa articulação e fragmentação da cidade, apesar de contraditórias conduzem a uma reflexão fundamental - os consumidores e cidadãos e seu “direito à cidade”. O “direito à cidade”³ lida obrigatoriamente com uma reflexão sobre a relação dos espaços públicos e privados nas cidades brasileiras depois dos enclaves.

É notório que o início do século XXI, foi marcado pela valorização de todas as esferas da vida privada. Esta valorização inclui uma série de serviços característicos do espaço urbano, como a educação, a saúde, o lazer, habitação, e também dos espaços privados, coletivos, e destinados ao público em geral. No Brasil, todos estes serviços (públicos) sofreram uma

³ Para Lefévre (2001), o direito à cidade consiste na apropriação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras através de suas lutas pelo exercício democrático da cidadania.

desvalorização substancial, que se torna real e concreta mediante um discurso alienado que é reproduzido, diariamente, pelos meios de comunicação.

A existência desse processo de desvalorização de todas as esferas da vida pública tem sido uma das mais eficazes ferramentas utilizadas pelos agentes privados dos mais variados setores da economia para comercializar seus produtos e mercadorias. Segundo D'arc (2004), nas cidades latino-americanas, partindo do estudo do centro de São Paulo é preciso notar que há um progressivo desaparecimento dos espaços públicos, semelhante aos padrões americanizados de gestão destas cidades.

Este modelo de segregação socioespacial tem influenciado bastante a construção de obras e infraestruturas públicas que quase sempre vem privilegiando os corredores mais elitizados das cidades. Deste modo, após os enclaves, delimitamos dois públicos a serem atendidos nas cidades: um intramuros e outro extramuros, e ambos refletem uma nítida contraposição entre as esferas públicas e privadas no Brasil. Com isto, através de um discurso que responde apenas ao anseio exacerbado dos veículos de comunicação, os espaços públicos estão sendo inseridos numa lógica considerada pela massa da população como espaços marginalizados, sombrios e perigosos.

Esta desvalorização da esfera pública abrange as áreas verdes municipais, as escolas públicas, os hospitais, os postos de saúde e os bairros, cujas habitações encaixam-se no perfil popular. A produção dessa desvalorização é útil aos agentes produtores do solo e aos setores produtores, cujos ganhos aumentam com a fuga em massa da população dos serviços públicos pela classe média e pelas elites. Os espaços públicos estão cada vez mais raros nas cidades, e isto possibilita a extração de uma maior renda do solo, até então barrada pela legislação. Como o poder exercido pela sociedade é ainda bastante intenso no Brasil, à medida que esta rejeitar os espaços públicos, os mesmos começarão a ser abolidos da produção do espaço urbano. Os espaços públicos no Brasil estão assumindo um caráter restrito, invisível e de uso privado. É a “privatização” dos espaços públicos na vida cotidiana dos cidadãos urbanos. Com isto, é possível afirmar que o poder público esquiva-se, quando deixa de cuidar e assumir as responsabilidades referentes a estas áreas internas nos enclaves.

A privatização dos espaços públicos no interior dos enclaves inclui as vias de circulação, que apesar de públicas, também passam a ter um caráter privado. Os bairros tradicionais

convivem contraditoriamente com os enclaves, os quais possuem espaços públicos valorizados em seu interior, cujo uso nem sempre acontece.

Essa produção de espaços urbanos próximos, mas distintos, ocultam as especificidades das cidades, sobretudo no aspecto da beleza, definida por Baudrillard (1991, p: 19) como primeira condição para a felicidade. A vida privada e a valorização de outras esferas dela decorrentes contribuem para que um individualismo sem precedentes atinja, de modo geral, a sociedade, fazendo com que o papel do cidadão vá aos poucos ficando distante da cidade democrática.

A desvalorização dos espaços públicos está longe de ser uma característica intrínseca das cidades, mas está se tornando frequente no Brasil. Essa desvalorização da esfera pública nos espaços urbanos é fruto das transformações sofridas pela sociedade, por isso faz-se relevante entender a percepção que os habitantes dos “Enclaves Residenciais Fortificados” têm do espaço urbano.

A normatização da vida cotidiana na esfera privada possui seus signos: residências enclausuradas, *Shoppings*, centros comerciais, espaços de alimentação, hipermercados, lojas de autosserviço e conveniência. É a propagação da ideia de que comprando e assumindo a condição de consumidor, há solução para tudo. Não importa a classe social, a busca pelo consumo imediato de bens e objetos implica em uma série de atitudes, nem sempre lícitas, cujas reações reestruturam os espaços urbanos inclusive pelo abandono dos espaços públicos.

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade sem a qual o homem, não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos. (SANTOS, 1987, p. 35)

Na prática, o consumo da habitação através dos “Enclaves Residenciais Fortificados” pelas classes de altíssima, alta e média renda mantém-se impregnado de ideias, sonhos e perspectivas. Trata-se da alienação do consumo, ainda vigente nas sociedades, sob a influência do capital. Ao consumir uma habitação nos “enclaves urbanos” o cidadão torna-se um consumidor. Em muitos países a troca dos espaços habitacionais tem se tornado uma prática cada vez mais frequente. Assim, muda-se de imóvel, como forma de renovar a vida, de esquecer os problemas e de tornar-se um novo cidadão mediante o consumo.

Ao consumir a habitação em um enclave e renegar os serviços públicos que o bairro poderia ter, o cidadão transforma-se meramente em um consumidor, pois passa a arcar com todos os serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado. Sua renúncia, ainda traz outras consequências mais graves, uma vez que a administração do condomínio é apartada do poder político e do exercício da cidadania que ocorre a partir daí, dentro de um grupo, que em si mesmo não reflete a cidade em sua totalidade.

O consumo da habitação nos enclaves remonta o cidadão a um espaço-tempo limitado em contraste com o consumidor (sujeito ideal para o mercado). Assim, o enclausuramento do cidadão em uma vida regida pelo consumo de bens materiais, objetos e mercadorias, gera um consumidor “perfeito” para o mercado. Apesar do “prazer de morar” que emerge da qualidade nas habitações nos enclaves, os mesmos, como espaços vividos, propagam desvantagens sociais. “O espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.” (SANTOS, 1987, p. 43).

Os enclaves residenciais ajuízam um abandono das ruas e de outros espaços públicos nas cidades brasileiras, como tendência atual.

No Brasil, as elites já não moram de frente para as ruas, já não vêem a paisagem urbana com os olhos e sim através dos vidros blindados dos automóveis, já não auxiliam no cuidado e na segurança da cidade, contudo, compram uma segurança falida aos olhos das quadrilhas e do crime organizado especializado em fazer arrastões nas cidades.

[...] a presença de pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planejadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento de outras pessoas é evidente em todas as cidades. (JACOBS, 2003, p. 38)

Com o abandono sutil da postura de cidadão, os sujeitos vão sendo obrigados a não manifestarem suas ideias e começam a seguir apenas os padrões aceitáveis pelo mercado econômico, pelas instituições, organizações, aumentando um individualismo que não vê o próximo como alguém capaz de inspirar confiança. Aumentam nas cidades, sentimentos de descrédito no próximo, negação ao diferente, medo do desconhecido, redução do círculo de amizades, fuga das relações sociais no contexto da vizinhança e fuga das ruas, tornando o espaço desta cidade e da vida cotidiana propício à emergência da criminalidade.

Tanto os enclaves (de apartamentos) como aqueles (de lotes, casas e sobrados) refletem em seu interior uma institucionalização e normatização da vida cotidiana em oposição à cidade como símbolo da liberdade. O exercício da cidadania diz respeito ao uso e apropriação da cidade por seus cidadãos e também pelos visitantes. Ser cidadão é compactuar com outros cidadãos do uso e apropriação dos espaços públicos nas cidades e não apenas de espaços privados, como tem acontecido atualmente: *Shoppings*, restaurantes, supermercados, lanchonetes, e outros locais destinados ao consumo e não ao lazer.

As relações sociais nos espaços públicos da cidade constroem laços de união, solidariedade, afetividade e enchem o futuro urbano de esperanças; o contrário, segundo Harvey (2000), é a construção de espaços de utopia, ou *privatopias*. Apesar do enclausuramento habitacional, as cidades brasileiras ainda apresentam manifestações pacíficas de alegria e convivência que enchem o futuro urbano de possibilidades. Cidadãos urbanos que vivem intramuros percebem o tempo de acordo com o ritmo de suas vidas, e isto ocorre de modo diferente para cidadãos que habitam bairros convencionais com ruas públicas. É provável que as expectativas dos mesmos também sejam diferentes quanto à política, educação, saúde, lazer. Portanto estes cidadãos produzem locais diferenciados em um mesmo espaço geográfico.

4. Os enclaves residenciais fortificados em Limeira-SP: alguns resultados

A vida cotidiana nos “Enclaves Residenciais Fortificados” ainda é pouco conhecida, principalmente devido à dificuldade de acesso a estas áreas pelos pesquisadores, além da condição de estranho assumida por aqueles que estão do lado de fora dos muros. Ao abordarem a vida cotidiana nos “Enclaves Residenciais Fortificados”, vários pesquisadores apontaram os obstáculos encontrados na busca por algum tipo de contato com os condôminos. Estes fatores são comprometedores no processo de teorização e no desenvolvimento de pesquisas sobre a temática dos enclaves.

Os habitantes dos “Enclaves Residenciais Fortificados” caracterizam-se, antes de tudo, pela renda e *status* que permitem aos mesmos a formação de associações com padrões socioeconômicos semelhantes permitindo que desfrutem da exclusividade do bairro. Esta força da dimensão privada na demonstração de *status* social, através da produção de espaços habitacionais tem contribuído para a formação dos atuais “enclaves”, ainda pautados nas relações de

“vizinhança”, e segundo Caldeira (2000) isto acontece mesmo em situação de extrema “proximidade” geográfica com a pobreza. Esta “proximidade” seria o padrão de segregação do tempo presente.

Em Limeira-SP a busca por um diálogo com os moradores e consumidores de “Enclaves Residenciais Fortificados” não foi mais fácil do que em outras cidades; o mesmo ocorreu de modo indireto, característica específica e reveladora de que cidade ainda conserva velhos valores de uma sociabilidade remanescente de outros tempos.

Constatou-se também que não é comum relações sociais entre moradores dos enclaves e seus vizinhos instalados nos bairros populares; estas relações sociais ocorrem exclusivamente no contexto do trabalho. Os moradores dos enclaves fazem uso das vias públicas de transporte e de alguns comércios como: farmácias, supermercados, padarias, oficinas e postos de combustíveis, que dão certa centralidade à periferia.

Nosso objetivo foi inicialmente investigar três condomínios, mas a empresa administradora de um deles, o condomínio residencial “Porto Fino” não permitiu a participação dos moradores. Quanto mais terceirizada a administração do enclave, mais difícil o acesso a ele, uma vez que os interesses empresariais podem divergir dos interesses dos moradores, que não conseguirão fazer valer seus direitos de cidadãos e de consumidores. Assim, conhecer os moradores destas áreas e sua relação com a cidade é uma importante ferramenta de gestão para o futuro das cidades, por isso nos próximos parágrafos vamos apontar os resultados dos questionários aplicados em dois dos condomínios habitacionais (Jardim Residencial Florença e o Condomínio de Edifícios *Ravenna*): na cidade de Limeira-SP.

Em relação ao gênero a proporção de homens e mulheres nos condomínios foi a mesma. Na amostra coletada prevaleceram pessoas com faixa etária entre 30 e 60 anos sendo reduzida a participação de pessoas muito jovens, ou muito idosas; o que não quer dizer que inexistem crianças e idosos nos enclaves pesquisados. O grau de escolaridade predominante mostrou-se elevado sendo que a maior parte dos moradores apresentou curso superior e pós-graduação; apareceram em proporção menor moradores com Ensino Fundamental e Ensino Médio, porém com alguma ocupação profissional.

A maior parte dos entrevistados eram naturais da cidade de Limeira-SP. Constatou-se também a presença de migrantes oriundos de outras cidades paulistas, e também de outros estados do Brasil como: Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Dentre a estrutura ocupacional,

os empregos ou profissões atingiram aproximadamente 100% dos casos investigados.

O tempo de residência dos moradores do Jardim Florença variou de cinco a quinze anos, havendo poucos moradores com mais de 10 anos de residência no bairro, devido a três fatores: o primeiro deles é que o tempo de edificação das residências pode oscilar entre 3 e 5 anos em loteamentos de altíssimo ou alto padrão.

No condomínio residencial *Ravenna* o tempo de moradia apresentou-se menor devido ao tipo de moradia – apartamentos; e alguns se destinavam ao aluguel, prática comum nos enclaves com mais de um edifício; o que não acontece em condomínios que tiveram sua gênese ligada ao loteamento, onde este tipo de índice é baixo ou quase nulo. Em nenhum dos casos houve a presença de habitações com mais de seis moradores, revelando uma média reduzida do número de filhos nessas áreas.

Uma das dúvidas recorrentes antes desta pesquisa era-se os condomínios retratavam uma fuga dos apartamentos como residência, ou mesmo uma fuga das áreas centrais, ou ainda uma fuga dos bairros tradicionais da cidade? Os questionários revelaram que a maioria dos moradores deixou os bairros tradicionais com vias de circulação públicas e foi para os enclaves na periferia, demonstrando que a preferência das classes mais abastadas quanto à residência no Brasil, segue os padrões mundiais de consumo. Isto mostra que a vida cotidiana pautada nas relações sociais em bairros com vias públicas não tem sido uma alternativa atraente, como foi no passado para a burguesia, a qual, cada vez mais está se esquivando dos problemas de origem pública e política nas cidades brasileiras.

Dentre as razões que motivaram a mudança para um enclave de apartamentos ou a construção da casa neste tipo de empreendimento dois itens foram centrais. Segundo os moradores: (segurança e tranquilidade) O enclave aparece como uma fortaleza, ideal para sanar problemas como: poluição, trânsito rápido e convivência com a pobreza.

Apareceram também como razões pela opção da habitação nos enclaves: a localização no espaço intraurbano em relação ao centro e ao local de trabalho. O investimento financeiro apesar de aparecer em menor proporção, também é um fator significativo, já que lotes e apartamentos nos enclaves valorizam-se mais rápido do que em outras áreas da cidade, existindo a possibilidade de resgatar o investimento em situações posteriores.

Também é importante ressaltar que os moradores dos condomínios se deixam influenciar pelo *status* de morar nestas áreas, mesmo não tendo citado este motivo nos questionários.

Entre as preferências de lazer dos voluntários que participaram da pesquisa estão os restaurantes, cinemas, supermercados, pizzarias, bares, teatros e academias; espaços privados, vistos como opções que preenchem as horas destinadas ao lazer. Como lazer espontâneo os participantes citaram os encontros com familiares em outros locais da cidade, além da frequência à igreja, agregando às famílias valores tradicionais.

No caso específico do condomínio *Ravenna*, a pesquisa revelou certa preocupação dos moradores em tornar o lugar atrativo, por isso o mesmo conta com a criação de animais de estimação no condomínio. À área livre do condomínio conta com vários gansos e coelhos. Os cuidados com os animais de estimação constituem uma responsabilidade a mais para o condomínio. Poucos moradores frequentam a área rural do município, uma área de lazer bastante tradicional, mas que perdeu espaço após a implantação de infraestruturas como piscinas, salão de festas, campos, quadras e etc, anexadas aos “enclaves urbanos”.

Boa parte dos moradores do Jardim Florença, em Limeira-SP, declarou não fazer uso das áreas de lazer do enclave. Uma justificativa para este índice baixo é a sociabilidade nos enclaves, que é maior somente entre as crianças, sendo este grupo o que mais frequenta as áreas de lazer do condomínio. Como estes não foram voluntários na pesquisa, a frequência dos moradores nas áreas de lazer aparece reduzida.

A maioria dos entrevistados declarou trabalhar na própria cidade Limeira-SP; um número menor viaja para cidades vizinhas com a mesma finalidade, ou realiza curtas viagens de negócios. Como em outras cidades de porte médio, Limeira-SP reproduz a tendência paulista de predileção por lojas de autosserviço, com atendimento rápido e cuja localização seja próxima dos bairros de moradia. Quanto ao grau de satisfação dos moradores dos enclaves com o comércio local, este é maior em relação ao comércio de vizinhança, mostrando que os espaços preferidos pelos moradores são as grandes redes de lanchonetes e hipermercados e outros serviços locais.

O uso do serviço público de saúde foi considerado regular pelos moradores, no entanto 90% dos participantes declararam fazer uso apenas do serviço privado de saúde. No setor educacional, a maioria dos residentes utilizava o sistema privado de ensino e avaliaram o mesmo como sendo bom; tal qual, a minoria que fazia uso do ensino público.

A segurança aparece em primeiro lugar dentre os fatores que motivaram a vida no condomínio; outro aspecto interessante é o auxílio da portaria, essencial no regresso das crianças após a escola e no controle do acesso às residências. Isto mostra que existe uma grande preocupação dos pais em controlarem o tempo vivido pelos filhos, principalmente em relação à questão da segurança.

No condomínio *Ravenna* alguns problemas foram apontados como pertinentes aos conjuntos de prédios de apartamentos em geral, como falta de privacidade e taxas elevadas de manutenção.

No Jardim Florença os moradores apontaram como aspectos negativos: jovens no trânsito em alta velocidade, animais soltos, carência de áreas de lazer, solidão, altas taxas de condomínio, lixo nas vias e vizinhos barulhentos; estes são alguns exemplos de contraposição ao modelo e às regras de convivência, revelando que atrás dos muros existem problemas que também são comuns fora deles. Nesse sentido, “os Enclaves Residências Fortificados”, como marco de transformação na paisagem das cidades a partir de 1970, constituem também um marco nas transformações ocorridas na sociedade.

Como forma concreta os enclaves, cuja função é hegemônica em muitas cidades brasileiras, possuem uma face que pode ser lida nas estruturas (novas relações produzidas) no processo mais abrangente de produção e reprodução da habitação como uma mercadoria recente.

Cada tipo de enclave e sua reprodução – uma inovação – nas cidades geram identidades sociais e, é também exemplo das tendências mundiais que se impõem no lugar. Desta transformação espacial nascem desigualdades excludentes de uma maioria da população que tem no espaço urbano sua fonte de inspiração para viver o presente. Esta coexistência desigual de espaços e também de tempos nas cidades é mais do que um confronto, é o princípio da extinção dos laços de solidariedade e confiança que estão se tornando escassos em todas as classes sociais.

A produção dos “Enclaves Residenciais Fortificados” herdou em todos os continentes, “as características europeias de habitação social” e, principalmente, as semelhanças com os condomínios norte americanos, onde *status* habitacional e o isolamento assumiram dentro de certos limites, as especificidades dos lugares.

A cidade de Limeira-SP retrata o modelo metropolitano de produção dos enclaves, mas retrata também o Brasil, com suas contradições e preconceitos advindos da colônia, do império, da república e da atual democracia neoliberal. Nesse contexto, a habitação como necessidade fundamental dos indivíduos tornou-se um elemento norteador do estudo dos condomínios ou enclaves, pois a partir dela, como identidade de seus moradores, foi possível repensar o uso e a apropriação que a sociedade tem feito do espaço e do tempo.

O consumo da habitação no centro (enclaves de apartamentos), integrado à proliferação dos enclaves de (lotes, casas e sobrados), propõe uma nova definição para a paisagem urbana.

A produção da cidade para as classes dominantes negligencia uma massa da população urbana excluída do “direito à cidade”. Essa exclusão dos menos favorecidos nas cidades tem como plataforma, as políticas públicas que vão se legitimando através da atuação do Estado como agente regulador das práticas dos agentes. As desigualdades sociais nos induzem a crer em uma hegemonia da mundialização do capital, mediada pelo consumo nos lugares.

Se para alguns a habitação nos enclaves é possível, para outros a habitação ainda é uma necessidade inatingível. Nas áreas urbanas o ritmo da vida, do trabalho, das relações sociais impõe um individualismo que se concretiza no “reino da mercadoria”, tornando a habitação um símbolo de poder e domínio.

Nos anos de 1980, a acentuada produção de condomínios de apartamentos viabilizou-se graças ao monopólio do solo no Brasil, que foi muito mais uma forma de investimento e acumulação de capital do que um assentamento das classes sociais.

Diferente dos condomínios de apartamentos na área central, a presença ostensiva das classes menos favorecidas na vizinhança não descaracterizou o perfil da elite concentrada em áreas bem localizadas na periferia, e cujos muros não permitem qualquer possibilidade de encontro, com o tempo da periferia.

A privacidade que invadiu o espaço da habitação no Brasil foi aos poucos ganhando o a vida cotidiana transformando as relações sociais e remodelando os conceitos de diversidade e sociabilidade, até então presentes nos espaços urbanos.

As ruas foram perdendo sua característica principal, de ponto de encontro, para assumir o *status* de lugar perigoso e violento. Por outro lado, apesar dos enclaves se complementarem com o uso do serviço de segurança privada, nota-se que em alguns espaços esta prática não é plenamente eficaz.

É preciso considerar que apesar da Geografia Urbana ter buscado explicar o espaço dos menos favorecidos durante décadas, atualmente o estudo destes “guetos ou bolsões de riqueza” são alternativa concreta para analisar a cidade, pois as elites vivem nestas áreas e, portanto, constroem a cidade para si e para suas gerações futuras.

Talvez, como já tenha ficado explícito no decorrer desta pesquisa, o consumo da habitação nos moldes dos enclaves não atinja a todos os moradores da cidade, pois ainda existem aqueles para os quais a habitação e sua produção ou consumo ainda é um sonho distante. Muitos moradores da cidade ainda preservam o joguinho de cartas, levam as crianças para brincar na

praça, e conversam com os vizinhos no banquinho da calçada. Nesta lógica, o tempo presente revela que nem todos aderem ao modo de vida global. Criticar os enclaves é criticar o “modo de vida urbano” de alguns como enclausuramento cotidiano no tempo presente.

Muitas das questões respondidas no decorrer da pesquisa foram encontradas no diálogo com os próprios moradores da cidade, os quais vivenciam a cidade e, através dela, acumulam conhecimentos que permitem a construção de um novo cotidiano. Ao escolher uma habitação nos enclaves seus moradores acreditam estar abandonando os problemas de ordem pública, quando na verdade irão enfrentar os mesmos problemas intramuros.

O tamanho dos enclaves influencia diretamente nas taxas do condomínio; assim, aqueles que dispõem de muito recurso optam por espaços mais exclusivos, ou seja, que não ultrapassem 30 ou 40 residências.

Deste modo, é possível afirmar que os agentes produtores dos enclaves encontram nas cidades brasileiras condições como: mão-de-obra barata, terras disponíveis e fiscalização ineficaz, o que vem permitindo a proliferação destes empreendimentos. A proliferação dos enclaves nas cidades brasileiras impõe muitas incertezas acerca do futuro desta tendência residencial, como por exemplo: quando e como ocorrerá uma estagnação na produção destes empreendimentos? Questões como esta somente poderão ser respondidas futuramente, pois os enclaves ainda constituem um fenômeno em construção no Brasil.

Observou-se que no decorrer da pesquisa estava havendo um crescimento progressivo dos condomínios de lotes, casas e sobrados em oposição aos enclaves de apartamentos, cuja construção estava em decréscimo em relação às décadas de 1980 e 1990; mas com um novo *boom* de produção após a crise norte americana de 2008. Assim, a produção e reprodução da cidade mediante os enclaves em suas várias modalidades é uma certeza nas cidades brasileiras de porte médio durante as primeiras décadas do século XXI.

Se por um lado os enclaves preconizam a perda de parte da sociabilidade urbana, por outro a existência de equipamentos (mesmo que não utilizados) intramuros retrata uma contradição baseada na tão sonhada sociabilidade. Não basta os agentes produzirem estes enclaves nos lugares, é necessário ofertar também “o prazer de morar”. A habitação apresenta-se então, como um destes prazeres, daí sua importância no sistema produtivo atual reafirmando a possibilidade do espaço como mercadoria e bem de consumo. Emergem da mundialização do

consumo e do capital, produções sociais específicas dos lugares e que sempre carecem de ser explicadas.

A abordagem geográfica utilizada nesta pesquisa mostrou que o processo de produção e consumo da habitação nos “Enclaves Residenciais Fortificados” nas cidades brasileiras contém todo o seu passado através de uma evolução espaço-temporal das formações sociais, econômicas e culturais. Assim, buscou-se antes de tudo mostrar que o condomínio/enclave como objeto de estudo e como fenômeno geográfico está ligado à sociedade e suas relações de produção no espaço e no tempo, além das concepções que as diferentes classes sociais têm destas categorias.

Neste momento de reflexão sobre os “Enclaves Urbanos”, esperamos que nossas contribuições tenham sido capazes de permitir ao leitor uma avaliação das tendências na produção e consumo da habitação enclausurada nas cidades médias, assim como suas consequências para o espaço e o tempo da vida cotidiana nestas áreas.

5. Considerações finais

Buscou-se, no decorrer deste artigo, mostrar que o condomínio/enclave é antes de tudo um fenômeno geográfico, cujo conhecimento no Brasil e no mundo ainda se faz necessário. O condomínio analisado, sob a égide da sociedade e suas formas de produzir o espaço no tempo, é ajustado pelos agentes privados do mercado imobiliário brasileiro com forte influência do financiamento público. Estes condomínios, como produtos de mercado, revelam um constante apelo ao consumo da habitação-mercadoria como sendo fundamental na ascensão ou manutenção do *status* social de uma parcela restrita da população brasileira.

Os condomínios são capazes de exercer forte influência nas classes sociais mais abastadas que acreditam nesta modalidade de habitação, como bem de consumo capaz de oferecer o “prazer de morar” associado a uma suposta qualidade de vida que interfere na relação do cidadão e morador com o tempo, especialmente o tempo vivenciado no espaço urbano. Através da participação dos moradores dos condomínios em Limeira-SP, foi possível concluir que existe um abismo entre as ideias divulgadas pelos agentes em suas propagandas e a vida cotidiana nestas áreas, de modo que as insatisfações ligadas à vida cotidiana no condomínio existem e são comuns aos moradores das cidades brasileiras em geral.

Se por um lado, o mundo e a pressão do mercado econômico é a mesma, as formas de interpretação dos habitantes urbanos serão distintas. A satisfação das necessidades humanas torna-se utópica no contexto do *marketing* imobiliário, cujo foco é a comercialização em massa de produtos, nesse caso a habitação destinada às classes de maior poder aquisitivo nas cidades, sobrevalorizando o solo-terra urbana e a habitação para os menos favorecidos.

A produção e a reprodução do espaço urbano pela forma habitacional, após o surgimento dos enclaves, vêm assumindo conotações ainda desconhecidas pelos pesquisadores, sendo um dos temas mais pesquisados no mundo atual devido ao seu papel na transformação das sociedades. Neste momento de reflexão sobre os “Enclaves Urbanos”, espera-se que as contribuições tenham sido capazes de permitir ao leitor uma avaliação das tendências na produção e consumo da habitação nas cidades, assim como suas resultantes para o espaço e o tempo da vida cotidiana nestas áreas.

REFERÊNCIAS

BARATA SALGUEIRO, T. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Revista Finisterra**. Lisboa, XXIX, nº 57, 1994, pp. 79-101.

BARBOSA, L. A. (2007) **Faces de produção do espaço urbano em cidades médias: “os enclaves residenciais fortificados” em Limeira – SP**, Dissertação de mestrado, IGCE: UNESP, Rio Claro: 2007.

BAUDRILLARD, J. **América**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1986.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000.

CALLENDER, C. O tempo é uma ilusão. **Revista Scientific American Brasil**. Mistérios profundos do tempo. São Paulo: Ediouro Duetto, Edição especial nº 46, 2012.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

- CHESNEAUX, J. **Modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CLARK, D. **Introdução a geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.
- COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação. In: Lastres, M. H. (orgs) **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- COSTA, E. M. da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**. Ano XXXVII, nº 74, p.101-128, 2002.
- DAR’C, H R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo—mistura ou gentrificação. In: CARLOS, A .F. A; OLIVEIRA, A U. de. **Geografias de São Paulo: a metrópole do Século XXI**. São Paulo. Ed. Contexto, 2004, Volume II, p. 341–342.
- FRÚGOLI, J. H. **São Paulo: Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.
- LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. Hucitec, São Paulo: 1996.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 2
- NASCIMENTO, Isabela Soares. O arranha-céu: produto verticalizado da globalização. **Revista sociedade & natureza**. Uberlândia-MG, EDUFU, Ano 12, nº 23, p.107-132, 2000.
- NUNES, M. P. Condomínios Fechados: uma dinâmica global. In: FERREIRA, M. J. (orgs). **Condomínios habitacionais fechados: utopias e realidades**. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2001, p.31-59. (Série Estudos nº 4).
- ORTIGOZA, S. A.G. **O tempo e o espaço da alimentação, no centro da metrópole paulista**. Tese de Doutorado, IGCE, UNESP, 2000, Rio Claro – SP.
- PEREIRA, C. M da S. **Condomínio e incorporações**. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, 1997.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999. (coleção cidade aberta).

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985, Coleção espaços.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, M. A. A de. **A identidade da metrópole.** Edusp. São Paulo: 1994.

SOUZA, M. L. De. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à questão urbana. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002.

SPÓSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu:** a lógica da (re) produção monopolista da cidade. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo: 1991.

RAMONTANO, M. **Novos modos de vida, novos espaços de morar:** Paris, São Paulo, Tóquio, uma reflexão sobre a habitação contemporânea. Tese de Doutorado em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: São Paulo, 1998.